

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DAS CONDIÇÕES SÓCIO/AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ

João Rua, Luciano Ximenes Aragão, Luiz Claudio Motta Lima, Neusa Amaro de Oliveira, Pedro Francisco Ramuz

Boletim Gaúcho de Geografia, 21: 162-167, ago., 1996.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38767/26380>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - ago., 1996

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DAS CONDIÇÕES SÓCIO/ AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ

João Rua
Luciano Ximenes Aragão
Luiz Claudio Motta Lima
Neusa Amaro de Oliveira
Pedro Francisco Ramuz *

Este trabalho aparece como parte de um programa bastante amplo desenvolvido por um grupo de pesquisadores (professores e alunos) do Departamento de Geografia da UERJ, interessado em estudar o Norte Fluminense do qual Quissamã é apenas um dos municípios a serem abordados. É patrocinado pela Sub-Reitoria de Extensão e Cultura, através de seu Departamento de Projetos e Programas de Extensão. O referido trabalho encontra-se em encerramento da primeira fase, portanto são, ainda, bastante iniciais as questões apresentadas aqui.

O Norte Fluminense sobressai no Estado do Rio de Janeiro como espaço-problema. A região canavieira, apesar de ter uma economia não propriamente decadente, comporta problemas que vão desde a estagnação dos índices de produtividade até e, sobretudo, à precariedade das condições de vida e o alto índice de desemprego sazonal, com o agravamento das contradições sociais.

O município de Quissamã não foge à regra geral da região. Situado na Baixada Campista, num ambiente costeiro, fortemente marcado pelos processos geológicos e geomorfológicos ligados à evolução do litoral e da foz do rio Paraíba do Sul, o município, desde cedo vem sendo marcado pela monocultura canavieira.

Em 1627, sete capitães, proprietários de engenhos no Rio de Janeiro, requereram ao Governador Martim de Sá a concessão de sesmarias, em troca de serviços prestados à coroa portuguesa nas lutas de expulsão dos franceses do litoral do Rio de Janeiro. As terras ficavam situadas entre o rio Macaé e o Cabo de São Tomé. Aí desenvolveu-se uma pecuária que tinha como principal objetivo, abastecer em carne e animais de tração a cultura açucareira ao redor da baía de Guanabara. Um século mais tarde foram fundadas as freguesias do Furado e de Quissamã e instalou-se o primeiro engenho de açúcar (1758), dando início a uma atividade que vai marcar a região até hoje.

Em 1877 foi inaugurado o Engenho Central de Quissamã, o primeiro da América Latina com características de cooperativa. Com isso inaugura-se, também, a chegada do capital industrial que vai desbançar o capital comercial ao transformar os diversos donos de engenhos em fornecedores de cana para o Engenho Central. Começa aí um processo contraditório que é de pujança econômica, traduzida no luxo das diversas sedes de fazenda da virada do século e primeiras décadas do século XX, ao mesmo

tempo em que se desenvolvia um mecanismo de dependência técnica e creditícia dos fazendeiros com relação ao Engenho, que conduziu a um acelerado processo de concentração de terras. Isto favoreceu um longo período de decadência econômica.

Em 1975, com o PROALCOOL, inicia-se um processo de inovação tecnológica traduzida, basicamente, em melhoria de espécies, mecanização de algumas fases da produção e, principalmente, modernização industrial, com a introdução das destilarias de álcool.

A descoberta de petróleo na bacia de Campos e a possibilidade de contar com os "royalties" fornecidos pela Petrobrás, alavancaram, no final dos anos 80, a perspectiva de crescimento econômico sem a dependência exclusiva ao Engenho.

Os setores urbanos, aliados a alguns produtores rurais, definiram uma estratégia conjunta que levou à emancipação do município e à inserção, mais efetiva, nos fluxos capitalistas.

O processo de modernização da agricultura no município tem se apresentado de maneira parcial e incompleta e pode ser situado muito mais no nível das relações de trabalho do que no nível técnico da produção. Ocorre, aí, um processo de proletarianização/desenraizamento/periferização da população rural. Tal população, bastante pauperizada, é urbana (em grande parte) enquanto moradora-consumidora e é, indiferentemente, rural ou urbana enquanto trabalhadora. Tal problemática coloca em questão a tradicional diferenciação rural/urbana.

O que se quer demonstrar com esta discussão é que o processo de modernização tem como modelo a racionalidade industrial, na sua busca de produtividade, lucro e eficiência; essa modernização amplia-se a partir das cidades, que funcionam como difusoras das inovações tecnológicas; as áreas urbanas são importantes, ainda, como locais de tributação diferenciada; o consumo doméstico ou produtivo é importante como elemento de inserção na economia e na sociedade; a modernização que tem ocorrido no campo brasileiro e de Quissamã em particular tem sido parcial mas, mesmo assim, com características de excludente já que a dispensa permanente ou temporária da mão-de-obra favorece a manutenção dos níveis salariais baixos e afasta levas crescentes de população do circuito do consumo.

O processo de ocupação e desenvolvimento do espaço agrícola coloca questões relativas às alterações sofridas pelo ambiente natural como: esgotamento dos solos, uso indiscriminado de agrotóxicos, despejo de vinhoto, destruição da flora e da fauna em regiões de restinga que poderiam ser, de alguma forma preservadas, etc.

Os objetivos deste trabalho (apenas parcialmente atingidos, até agora, como já dissemos), são: estudar as condições naturais do município de Quissamã, como suporte às atividades humanas; propor algumas diretrizes para uma política de preservação dos sistemas ecológicos das áreas de restingas; definir um zoneamento agro-ecológico que auxilie uma política local de racionalização do uso do solo; analisar as características sócio-econômicas do município através da relação entre modernização da agroindústria canavieira, estrutura econômica municipal e reorganização espacial e social das relações cidade/campo no referido município.

Os procedimentos metodológicos utilizados incluem um exaustivo levantamento bibliográfico de informações sobre o contexto sócio-ambiental da área em estudo; a compilação e elaboração de mapas temáticos; digitação e cruzamento das informações coletadas; o levantamento das condições sócio-econômicas; numerosos trabalhos de campo. Resumindo, pode-se dizer que o método está baseado num reconhecimento empírico da realidade do município, na busca de fundamentação teórica para as conclusões iniciais, e voltar àquela realidade para fazer uma análise enriquecida pela teoria, tentando, de alguma forma, interferir nessa realidade.

O trabalho que se desenvolve no momento, desdobra-se em duas linhas: a primeira abrange as condições relativas ao ambiente natural e os problemas que nessa área já se fazem sentir e que constituem a maior parte deste primeiro relatório. A segunda, ainda muito incompleta, ocupa-se das condições sócio-econômicas da população do município. Em ambos os casos, e procurando integrar estas duas linhas de trabalho, procurar-se-á desenvolver uma sugestão de manejo ecológico do espaço.

Nesta primeira parte do trabalho, pretendemos ocupar-nos, principalmente, das condições relativas ao ambiente natural embora fazendo algumas relações necessárias com as condições sócio-econômicas.

O ambiente natural de Quissamã – Nenhuma ciência em particular está habilitada a abarcar toda a problemática relativa ao meio ambiente, ainda mais quando se leva em conta suas diversas imbricações com o contexto social. A sociedade possui um “suporte” natural, tendo se constituído materialmente através da utilização e transformação da natureza pelo trabalho humano. Logo, natureza e sociedade, longe de serem domínios isolados, constituem dimensões indissociáveis da realidade material.

Nesta apresentação, somos obrigados, pela exiguidade do espaço, a fragmentar o que tentamos analisar em conjunto.

Aspectos geológicos – Procurou-se caracterizar o município tomando por base a evolução geológica dos principais componentes do ambiente natural, como tabuleiros, restingas, lagoas e brejos. Verificou-se a presença dos sedimentos Terciários do Grupo Barreiras e dos sedimentos Quaternários dominando a estrutura geológica do município.

Os primeiros possuem datação do Pliocênico Superior, sendo sedimentos continentais pouco consolidados, que correspondem às feições de tabuleiros. Os sedimentos Quaternários predominam em toda a região. No litoral aparece uma extensa restinga, constituída por areias quartzosas.

Próximo aos cursos fluviais surgem as argilas, as argilas-sílticas e os siltes de planície de inundação, aparecendo, muitas vezes, as areias quartzosas, características dos cordões litorâneos.

Os sedimentos paludiais estão distribuídos por toda a área estudada, evidenciando-se às margens das lagoas, das lagunas, nos sedimentos do Grupo Barreiras e na desembocadura dos rios.

Aspectos geomorfológicos – O relevo de Quissamã se caracteriza pela presença de terras planas e baixas altitudes, de origem sedimentar.

Três grandes unidades ambientais foram observadas no município estudado: a planície costeira dominada pela restinga, onde se destacam o terraço marinho pleistocênico e uma série de lagoas e lagunas, cuja maior expressão é a Lagoa Feia; os tabuleiros costeiros do Grupo Barreiras; a planície fluvial do rio Macabu, ao norte do município.

A morfogênese desses ambientes foi condicionada por movimentos eustáticos, variações climáticas e atuação do Rio Paraíba do Sul, ocorridos durante o Terciário e o Quaternário. Movimentos epirogenéticos recentes também podem ter contribuído para a formação do relevo atual da região.

A aceleração das atividades antrópicas se expressa pelo cultivo da cana-de-açúcar, desmatamento da restinga e a construção de uma série de canais artificiais ligados às lagoas da região. Estas atividades não obedecem à dinâmica natural do ambiente, conduzindo ao rebaixamento do lençol freático, transporte de areias pela ação do vento e conseqüente assoreamento de rios e lagoas.

Solos de Quissamã, uma visão preliminar – As principais classes de solos que ocorrem no município, apresentam grande diversidade quanto ao potencial agrícola.

Os solos de restinga que correspondem aos podzóis hidromórficos e às areias quartzosas marinhas que, somados, representam dois terços do território do município, apesar de protegidos por lei, se encontram com boa parte da vegetação alterada. São utilizados, principalmente, com pastagens, pequenas roças, etc. Os solos podzóis hidromórficos são considerados inaptos para atividades agrícolas devido ao excesso de água. As areias quartzosas marinhas são de uso marginal, com restrições moderadas. Tais restrições relacionam-se à baixa fertilidade e à falta de água.

Os solos podzólicos amarelos dominam a paisagem dos sedimentos terciários (tabuleiros). O seu principal uso agrícola é o plantio da cana-de-açúcar. A principal limitação desse grupo de solos é quanto ao tráfego de máquinas, apesar do relevo ser relativamente suave. Devido à presença de camadas com alta coesão, a mecanização potencializa os problemas derivados da compactação.

As classes glei húmico, glei pouco húmico e os solos orgânicos devem ter seu uso indicado para as culturas adaptadas ao excesso de água, já que são solos mal drenados. Outros usos só serão possíveis mediante obras de drenagem, mesmo assim se estas forem viáveis economicamente.

Os solos constituem um recurso natural não renovável e, por isso, necessitam ser devidamente estudados, tanto no que se refere às suas propriedades físicas e químicas, como quanto à sua gênese, de maneira que deles se retirem produções sustentáveis, minimizando os efeitos impactantes e evitando a sua degradação. Esta é uma das maneiras de harmonizar os recursos naturais com as necessidades humanas, pois o homem depende deles para perpetuar a própria existência.

Zoneamento agroecológico – Partindo de uma avaliação prévia da aptidão agrícola das terras, procura-se chegar a um zoneamento agroecológico com vistas a equa-

cionar a problemática exploração/preservação, evitando transtornos de ordem social e natural num futuro próximo, provavelmente irreversíveis.

Para a EMBRAPA, toda a área é considerada apta para cultivos. Entretanto considerando que a maior parte do sítio municipal é ocupada por restingas, compondo um ecossistema muito sensível, deduz-se que, pelo menos estas áreas, não devem ser destinadas à exploração agrícola ou pastoril. As restingas constituem um sistema pouco estudado que, continuamente, vem sofrendo processos de degradação ligados à ocupação humana. Em vista disso, sugere-se a criação de uma reserva ecológica, prestando-se às pesquisas, ao ecoturismo e ao desenvolvimento da educação ambiental, no âmbito da população local.

Algumas questões para reflexão – É preciso perceber que o processo de modernização que se apresenta em Quissamã contém aspectos múltiplos a serem observados.

a) A diversificação da agricultura, a pesca em moldes capitalistas e o ecoturismo na restinga podem acarretar uma especulação imobiliária que altere, completamente, o mercado de terras do município desarticulando a produção agrícola, nas áreas de mais intensa valorização das terras.

b) A baixa produtividade da lavoura canavieira de Quissamã tem sido justificada, também, pela exigência de irrigação. Há uma deficiência pluviométrica para uma adequada rega da cana-de-açúcar. Os projetos de irrigação (Canal Campos-Macaé e outros) devem atentar para os custos ambientais dessas obras que devem ser somados aos do intenso despejo de vinhoto (usado como fertilizante) e a utilização das águas de lavagem da cana em ferti-irrigação.

c) As incertezas a respeito da lavoura canavieira persistem. O fim do IAA no governo Collor colocou grande insegurança nas mãos dos plantadores; o término da alíquota da exportação de açúcar a partir de julho de 1995, quase ao mesmo tempo em que se divulga um plano de valorização do gás como combustível de veículos automotores traz novas perspectivas para o município (quanto ao gás) mas novos problemas (quanto ao álcool).

Estas questões, e outras, serão aprofundadas em artigos específicos que serão apresentados a seguir.

BECKER, Bertha K. e EGLER, Cláudio A. G. 1993. *Brasil -- Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand do Brasil S/A.

BRITO, Maristela de A. e INNOCENCIO, Ney R. 1988. Organização do Espaço Agrário no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia* (50:3) Rio de Janeiro. IBGE.

CHAUJ, Marilena 1992. Pós-modernismo, modernismo e marxismo. In: *A Criação Histórica*, Cornelius Castoriadis. Porto Alegre. Artes e Ofícios.

CRUZ, José Luiz V. 1986. Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos- RJ. In: *Acumulação e Pobreza em Campos*. Rio de Janeiro, PUBLIPUR-UF RJ.

DIAS, G.T.M.; GORINI, M.A. 1980. *A Baixada Campista: estudo morfológico dos ambientes litorâneos*. Anais do XXXI Congr. Bras. de Geol. Camboriú. SC.

- DOMINGUES, J.M.L., BITTENCOURT, A.C.S.P. e MARTIN, L. 1981. Esquema Evolutivo da Sedimentação Quaternária nas Feições Deltaicas dos Rios São Francisco (SE/AL), Jequetinhonha (BA), Doce (ES) e Paraíba do Sul (RJ). *Rev. Bras. Geoc.* 11 (4).
- EMBRAPA – SNLCS. 1990. Zonamento Agroecológico dos Municípios que compõem os Vales dos Rios Una, Macaé, e São João a Leste do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. (mimeo).
- GOMES, João Bosco Vasconcelos. 1995. Caracterização, Gênese e Uso dos Solos de Três sítios de Restinga sob Diferentes Coberturas Vegetais. Tese apresentada à UFV (Universidade Federal de Viçosa) para obtenção do título de M.S. UFV.(mimeo).
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 1970, 1980, 1991. *Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 1985. *Censo Agropecuário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.
- PIQUET, Rosélia (org.) 1986. *Acumulação e Pobreza em Campos*. Rio de Janeiro PUBLIPUR-UFRJ.
- SILVA, C.G. 1993. Ambientes Sedimentares Recentes da Baixada Campista – RJ. In SIMP. GEOL. SUD. Rio de Janeiro.

* Respectivamente, Professor-Assistente no Departamento de Geografia da UERJ e Coordenador do Projeto Quissamã (Diagnóstico Preliminar das Condições Sócio-Ambientais do Município de Quissamã); e acadêmicos do curso de Geografia da UERJ. Bolsistas do Projeto.

• • • • •

ESTUDOS AMBIENTAIS E PALEOGEOGRAFIA DA PLATAFORMA INTERNA DE TRAMANDAÍ-RS, COM CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA E SEDIMENTAR ATRAVÉS DE SONAR DE VARREDURA LATERAL E SÍSMICA DE ALTA RESOLUÇÃO

Gruber, N.L.S.
Egler, P.R.
Pasqualetto, A.I. *

Introdução – Levantamentos de ecobatimetria de detalhe, juntamente com a obtenção de registros de sonar de varredura lateral (*side scan sonar*) e sísmica de alta resolução a partir de *Sparker*, bem como operação de coleta de amostras e testemunhos sedimentares foram efetuados na Plataforma Continental Interna do Rio Grande do Sul, região de Tramandaí-RS, como parte integrante das pesquisas concernentes ao Convênio PETROBRÁS /FURG/UFRRGS/UFSC/UFPR, projeto “*Estudos Ambientais em Áreas Oceânicas e Costeiras no Sul do País*”, subprojeto “*Caracterização Preliminar Sedimentar e Geomorfológica da Região de Tramandaí, RS*” bem como a definição dos parâmetros ambientais na área de influência das atividades da PETROBRÁS junto à monobóia de Tramandaí. Os principais riscos de Impacto Ambiental a serem avaliados pelo Projeto podem ser dirigidos aos seguintes pontos: